

IJSN ganha questão salarial

O diretor-presidente do Instituto Jones dos Santos Neves, Robson Luiz Pizziollo, tem prazo até as 14 horas de amanhã para efetuar o pagamento dos meses de julho e agosto aos 260 servidores do órgão, que estão em greve há 93 dias. A determinação é do juiz Lemuel Santos de Santana, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em deferimento à medida cautelar impetrada pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Públicos do Espírito Santo (Sindipúblicos), Marcelo Caliman.

No mandado de citação expedido pelo juiz Lemuel Santos de Santana é dado prazo de 48 horas para o pagamento dos meses em atraso, "sob pena de prisão, caso não cumpra a determinação desse juízo, podendo se necessário requisitar o auxílio de força policial e proceder a arrombamentos, observadas as cautelas legais e a prudência recomendável".

Os 260 servidores do Instituto Jones dos Santos Neves, em greve há 93 dias, reivindicam reposições de 247% referentes ao período de março de 90 a fevereiro de 91.

Detran tem novo prazo

Num prazo de 10 dia, o juiz da Segunda Junta de Conciliação e Julgamento, José Luiz Serafini, dará a sentença na ação de cumprimento impetrada pelos funcionários do Detran através do Sindipúblicos para o pagamento dos 296% reivindicados como reposição salarial.

Em audiência realizada ontem, o presidente do Sindipúblicos, Marcelo Caliman, apresentou certidão provando que o Detran não ingressou com nenhuma ação cautelar contra a decisão do Tribunal Regional do Trabalho que, julgando o dissídio dos funcionários do órgão, determinou o pagamento dos 296% de reposição salarial. A greve dos funcionários do Detran foi considerada legal e não abusiva pelo TRT.

Paralisação

Após requererem o dissídio, os servidores do Detran promoveram uma paralisação que durou 52 dias, terminando em 25 de julho. Os fun-

cionários retornaram ao trabalho em consequência da decisão do TRT, que também determinou o pagamento dos dias parados. Como a decisão do TRT — retroativa a março — não foi cumprida, os funcionários realizaram outra greve a partir de 13 de agosto.

Segundo Marcelo Caliman, o Governo disse que recorreu mas não apresentou nenhuma ação cautelar contra a decisão do TRT até o último dia 29. E a certidão apresentada ontem pelo Sindipúblicos "prova que o Estado não recorreu da decisão da Justiça". Ontem, após a audiência de conciliação, os funcionários do Detran foram à Assembleia Legislativa onde entregaram um manifesto aos deputados.

De acordo com Marcelo Caliman, "a intransigência do Governo está levando os funcionários do Detran a um grau de angústia tão grande que, na última sexta-feira, uma funcionária tentou o suicídio".